

IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL NO SETOR PÚBLICO NAS PREFEITURAS DE BANDEIRANTES E CORNÉLIO PROCÓPIO

IMPACTS OF THE IMPLEMENTATION OF E-SOCIAL IN THE PUBLIC SECTOR IN THE
MUNICIPALITIES OF BANDEIRANTES AND CORNÉLIO PROCÓPIO

IMPACTOS DE LA IMPLEMENTACIÓN DE E-SOCIAL EN EL SECTOR PÚBLICO EN LAS
ALCALDÍAS DE BANDEIRANTES Y CORNÉLIO PROCÓPIO

Vitor Hugo Fabian Siqueira¹
João Marcos Norberto Cavalcanti²
Luciano Matias Diniz³

RESUMO: Este artigo busca verificar os impactos nas prefeituras de Bandeirantes e Cornélio Procópio causados pela implantação do projeto que alterou as rotinas dos profissionais contábeis, o e-Social. Ademais, visa contribuir com outros pesquisadores sendo base para futuras consultas. Para isso, foi desenvolvido um questionário com perguntas pertinentes à implantação nas prefeituras em análise. Como fundamentação teórica este estudo se baseia em pesquisa bibliográfica, apresentando um histórico da escrituração contábil, do programa Sped e do projeto e-Social, abordando ainda, estudos relacionados aos impactos e as dificuldades advindas da inserção. Os resultados demonstram que os responsáveis do departamento de pessoal obtiveram sucesso no enfrentamento das dificuldades até o momento e consideram a ferramenta como algo que simplifica as rotinas. Todavia, compreendem a importância de continuarem desenvolvendo seus conhecimentos.

1529

Palavras-chave: E-Social. Impactos. Implantação.

ABSTRACT: This article seeks to verify the impacts on the municipalities of Bandeirantes and Cornélio Procópio caused by the implantation of the project that changed the routines of accounting professionals, e-Social. In addition, it aims to contribute to other researchers being a basis for future consultations. For this, a questionnaire was developed with questions pertinent to the implementation in the municipalities under analysis. As a theoretical basis, this study is based on bibliographic research, presenting a history of accounting bookkeeping, the Sped program and the e-Social project, also addressing studies related to the impacts and difficulties arising from the insertion. The results show that the heads of the personnel department have been successful in coping with the difficulties so far and consider the tool as something that simplifies the routines. However, they understand the importance of continuing to develop their knowledge.

Keywords: E-Social. Impacts. Implantation.

¹Graduando do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). vitorsiqueira10@hotmail.com.

²Graduando do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). joaomarcoso70701@gmail.com.

³ Professor Orientador. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

RESUMEN: El artículo busca controlar los impactos en los municipios de Bandeirantes y Cornélio Procópios mediante la implementación del proyecto que cambia las rutinas de los profesionales contables, el e-Social. adicionalmente, contribuirá con otros investigadores como base para futuras consultas. Para ello, se desarrolló en las correspondientes preguntas pertinentes a la implementación objeto de análisis. Como fundamento, este estudio se basa en una investigación bibliográfica, presentando una historia de la contabilidad, el programa Sped y el proyecto e-Social, abordando también, relacionados con los impactos y las dificultades derivadas de la inserción. Los resultados que presentan rutinas exitosas son responsabilidad del departamento de personal, en enfrentar las dificultades del momento y contenerlas como algo que simplifica. , la importancia de continuar en su conocimiento.

Palabras clave: E-Social. Impactos. Implementación.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a instituição de novas ferramentas percorre por todos os âmbitos da sociedade, na contabilidade este fato não é diferente e com os avanços tecnológicos, novas plataformas surgem com o intuito de simplificar, flexibilizar e agilizar o trabalho do profissional contábil. Nessa perspectiva, o Governo Federal buscou aprimorar seu sistema de informação integrado, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), implantando o projeto intitulado como Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que visa unificar o envio da série de obrigações como informações, formulários, documentos e dados fiscais, trabalhistas e previdenciários aos órgãos e entidades do governo federal, para manter a instituição em conformidade com a lei. Desse modo, o analista de departamento pessoal, usará apenas uma ferramenta ao invés de preencher e encaminhar os documentos em plataformas diferentes, isto é:

O e-Social é parte do sistema de escrituração digital que exigirá que todos os empregadores enviem ao Fisco, de forma unificada, ou seja, em um único documento digital, todas as informações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e tributárias relativas aos seus trabalhadores, sejam eles empregados, avulsos, contribuintes individuais etc. (IOB, 2018)

Nesse sistema, contadores e responsáveis precisam manter informações e prazos atualizados a fim de evitar divergências e diminuir os desafios da burocracia enfrentada nas rotinas dos profissionais. Basicamente, quem possui um empregado deverá adotar o eSocial para cumprir com as obrigações, como realizar a folha de pagamento, comunicar admissões e demissões, recolher o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) e demais exigências legais. Assim, esse sistema irá substituir os formulários, guias, papeladas e outras plataformas online, o que simplificará e centralizará o envio dos dados.

O eSocial é o responsável, então, pela mudança das práticas rotineiras, com a finalidade de melhorar a forma como as empresas privadas e públicas enviam suas informações para o governo, o que possibilita uma facilidade da gestão, promove mais segurança, evita fraudes, como a sonegação de impostos e auxilia as entidades a manterem-se em dia com os direitos trabalhistas. Evidencia-se assim, que esse projeto causará impactos significativos, como uma eficiência maior e a transformação cultural.

O conselho que gerencia o eSocial anunciou em 2017 que o programa seria implementado em fases, iniciando em janeiro de 2018 com as empresas que faturam acima de R\$ 78 milhões, em julho de 2018 as empresas com faturamento inferior, em janeiro de 2019 empresas optantes pelo simples nacional e entidades sem fins lucrativos, e após algumas prorrogações, a partir de julho de 2021, os entes federais também passaram a gerar informações para o eSocial (BRASIL, 2022). Considerando os impactos que estes grupos já vêm vivenciando com as fases de implantação, é fundamental que haja pesquisas acerca do tema, especialmente sobre os órgãos públicos que, por serem a última entidade, não possuem ainda, um acervo de pesquisas suficiente.

Este artigo terá então, grande valia para os responsáveis do departamento pessoal dos entes públicos da região norte paranaense, tendo em vista que, com os resultados das análises obtidas, eles poderão conhecer os principais impactos que as prefeituras da localidade tiveram com a implantação e, utilizá-los como um norte para compreender como foi o processo dessa inserção para adequarem-se à tais exigências. Ademais, possui relevância para os interessados da área que encontrarão neste estudo, um agrupamento de informações sobre a história do eSocial.

1531

O envio dos dados correspondentes aos entes públicos para o eSocial passaram a ter obrigatoriedade a partir de julho de 2021, e em razão disso, a questão que impulsiona a realização desta pesquisa é: Qual a percepção do setor público sobre os impactos da implantação do eSocial nas prefeituras de Bandeirantes e Cornélio Procópio?

O estudo teve como objetivo analisar os impactos que o eSocial acarretou no setor público dos dois municípios do norte paranaense, sobretudo, verificar as principais dificuldades encontradas por seus gestores para adequarem-se ao eSocial; identificar as principais ferramentas que os responsáveis pelo manuseio das informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias utilizam para atualizarem-se em relação às mudanças exigidas pelo sistema e averiguar a percepção e opinião dos colaboradores comprometidos com o eSocial.

O estudo estrutura-se nas seguintes seções: a primeira é direcionada à introdução; a segunda trata brevemente do histórico da escrituração brasileira, da elaboração do SPED e do eSocial, dos impactos no setor público e as dificuldades da implementação; mais adiante, na

terceira seção apresenta-se os métodos utilizados; na seção seguinte os resultados e discussões e por último, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve histórico da escrituração contábil brasileira

De acordo com Silva, Costa e Silva (2017, p. 22), os primeiros métodos de escrituração no Brasil surgiram no início do século XIX, sendo um deles conhecido como “partidas dobradas”, que posteriormente tornou-se obrigatório na época. Em 1850, o Visconde de Cairu⁴, apresentou o sistema Código Comercial Brasileiro, onde as empresas registravam todos os fatos para a elaboração de um Balanço Geral; para Franco (1988), essa foi a primeira forma de normatização da Contabilidade.

No decorrer desta evolução escriturária, surgiram diversas leis e decretos que intencionavam aperfeiçoar a organização contábil, todavia, apenas em 1946 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi criado através do decreto nº 9.295/46, tornando-se uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público, dispendo de estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370.

Silva, Costa e Silva (2017) acrescentam ainda que, paralelo ao desenvolvimento da escrituração da área contábil, a forma como se realizava este processo também se modificou ao correr dos anos, de manual tornou-se mecanizada e depois passou a ser digitalmente. 1532

2.2 SPED - O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Antes da inovação digital proporcionada pelos avanços da tecnologia, muitas áreas do mercado de trabalho funcionavam manualmente, assim como ocorria na contabilidade, na qual, os lançamentos e registros eram realizados à mão em papéis e livros, impedindo a agilidade do trabalho contábil. Silva e Silva (2016, p. 80) salientam que:

Os profissionais que faziam contabilidade manuscrita tinham grande dificuldade em manter as escritas atualizadas, devido ao volume de informações e registros necessários. Fazer um balancete ou um balanço era muito trabalhoso e exigia rigoroso controle das anotações. Essa foi uma fase difícil para os contadores. (apud Silva, Costa e Silva, 2017, p. 29).

A prática de registrar as informações contábeis, conhecida como escrituração, necessitava, portanto, de uma organização que facilitasse e tornasse ágil este processo tão

⁴ Título nobiliárquico ou título de nobreza concedido à José da Silva Lisboa, que no século XVIII, atuava como tal no município de Cairu, localizado no estado da Bahia.

essencial para a contabilidade, como pontua Silva, Costa e Silva (2017, p.20), “para que estes acontecimentos não sejam perdidos [...] no tempo é importante que hajam registros [...] dos fatos contábeis ocorridos no ambiente das empresas [...] que possuirá um acervo facilitador do desenvolvimento da entidade ao longo dos anos”.

Para suprir a carência de um processo mais rápido e completo, institui-se então com o decreto 6.022 de 22 de janeiro de 2007, um software disponibilizado pela Receita Federal conhecido como Sped - Sistema Público de Escrituração Digital. Sistema que revolucionou a prestação de dados ao fisco federal, estadual e municipal, por ser um instrumento que unifica diversas atividades como as de “recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.” (Decreto nº 7.979/13). Em suma este projeto criado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro⁵), objetivou a integração do fisco das três esferas do governo através da padronização, racionalização e compartilhamento das informações fiscal e contábil. Dessa forma, o contribuinte conseguirá validar arquivos, assinar digitalmente, visualizar conteúdos e transmitir eletronicamente seus dados para os órgãos de registro. (Conselho Federal de Contabilidade).

2.3 Esocial - sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas

O eSocial é uma das plataformas do governo que pertencem ao projeto Sped, da qual, Cavalcante (2013) aponta que, mesmo antes de sua implantação, já era considerada a maior, mais complexa e ambiciosa proposta do Sped, dado que, é mais um avanço na informatização da área contábil. Instituído através do decreto nº 8373/14, o eSocial é promovido no artigo 2º, como uma ferramenta unificada para prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, tendo em vista a padronização de sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição.

De acordo com Silva (2019), levou cerca de quatro anos para iniciar a execução do eSocial, em função da necessidade de um estudo prévio e uma extensa jornada de estruturação do governo e das organizações. Zanin et al. (2017), acrescentam que a implantação teve que ser prorrogada por algumas vezes em decorrência das dificuldades encontradas principalmente pelas empresas para atender às complexidades exigidas pelo eSocial.

⁵ Principal provedor de soluções tecnológicas para o Estado brasileiro.

Essa plataforma que promete reunir a entrega de obrigações acessórias que envolvem as pessoas físicas, jurídicas, obras e entidades públicas, possui um cronograma de implantação que se divide em 4 grupos que passarão por 4 fases de envio de eventos. O último grupo, referente aos órgãos públicos e organizações internacionais, que entraria na terceira fase em abril de 2022, com a obrigatoriedade para envio dos eventos da folha de pagamento, teve seu cronograma prorrogado conforme a Portaria Conjunta MTP/RFB/ME nº 2, de 19 de abril de 2022, estabelecendo o novo prazo para 22 de agosto de 2022 (BRASIL, 2022).

O governo federal esclarece que, antes da implementação do e-social as organizações mantinham uma série de obrigações que já eram realizadas digitalmente, tal como o preenchimento e envio de formulários e declarações de GFIP e DIRF, todavia, essas entregas davam-se de forma separada e em órgãos distintos, "todos esses dados [...] já são registrados, atualmente, em algum meio, como papel e outras plataformas online. No entanto, com a entrada em operação do novo sistema, o caminho será único. [...] serão enviados ao Governo Federal [...] por meio do eSocial" (BRASIL, 2019).

Por consequência, o programa visa unir, de modo padronizado e simplificado, uma série de arquivos, como CAT, RAIS, CAGED e CTPS. Em síntese, o "eSocial empresarial vai reduzir custos e tempo da área contábil das empresas na hora de executar 15 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas". Ademais, será por meio deste sistema que os empregadores comunicarão ao governo informações referentes aos trabalhadores, como "vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS [...] de forma a reduzir a burocracia para as empresas" (BRASIL, 2019).

Embora não tenha alterado a legislação atual, o sistema proporcionou um controle ao Governo que passou a acompanhar simultaneamente todas as informações e irregularidades que muitas vezes passavam despercebidas. O eSocial possibilitará ainda, maior transparência, redução dos índices de sonegação, fraudes e erros de inadimplência, além da fiscalização em tempo real (BRASIL, 2019). Para Cavalcante (2013), este programa também garantirá direitos e acesso à informações aos trabalhadores. Amorim, Rezende e Martins (2022) complementam que, com a constituição de um repositório de informações a nível nacional, a redundância de dados efetuados pelas pessoas físicas e jurídicas será eliminada.

Pacheco Filho e Kruger (2015 apud ARAÚJO e SILVA 2016) destacam algumas vantagens que o eSocial deve proporcionar às organizações, sendo algumas delas: a redução de custos com armazenagem de documentos, pois o armazenamento será em meio digital; segurança

na transmissão dos dados; otimização de tempo de trabalho que se gastaria para elaborar, documentar e entregar todas as informações e redução de erros com a transmissão dos dados mais próximo ao acontecimento dos fatos.

2.4 Impactos no setor público

É notável que com o surgimento do e-Social houveram diversos pontos positivos, como a alteração na forma de gerenciamento de informações por parte do fisco, evitando a ocorrência de fraudes, proporcionando ainda, uma maior agilidade nos processos. Contudo, Souza et al. (2018) apontam que com a inserção do sistema houveram também pontos negativos, de modo que as empresas tiveram que ser reestruturadas para se adequarem a nova forma de trabalho e para não sofrerem com multas e penalidades. Portanto, para que os impactos negativos não sejam tão expressivos, é necessário que as organizações busquem aprimorar seus conhecimentos técnicos e invistam em softwares que facilitarão o dia a dia da organização.

Atualmente, os órgãos públicos já estão obrigados a entregar os eventos da 1ª, 2ª e 3ª fase, sendo estes, respectivamente, referentes aos eventos de tabelas dos empregadores; eventos não periódicos de vínculos dos servidores e por último, os periódicos relativos às folhas de pagamento, que passou a ter obrigatoriedade em agosto de 2022. No momento atual, além de se adequarem a nova fase, já obrigada, devem buscar preparo para a 4ª fase, pertinente ao envio dos eventos de saúde e segurança do trabalho, que por ora, possui data estabelecida para janeiro de 2023 (BRASIL, 2022).

1535

2.5 Dificuldades da implementação

Na prática, a implementação do eSocial trouxe aos profissionais responsáveis pelo manuseio dessa plataforma, diversas dificuldades devido à alta complexidade exigida, fazendo com que as instituições encontrassem problemas no seu desenvolvimento. Tal fato, fez necessária a alteração do prazo para implantação do sistema por diversas vezes. Matos et al. (2018), baseados em SISPRO (2016), salientam que as principais dificuldades enfrentadas por estes profissionais se referem à elaboração de uma folha de pagamento padronizada, e um cronograma de prazos específicos para o setor.

Por fim, os acadêmicos Silva, Costa e Silva (2017) ressaltam que no passado, o nível de encargos exigidos dos profissionais era inferior se comparado aos dias atuais, dado que, com o salto da tecnologia, a demanda por atualizações necessárias aumentou para corresponder aos requisitos. Desse modo, a colaboração dos técnicos de TI é indispensável para auxiliar o gestor

nas transmissões das informações e declarações. No entanto, as ferramentas criadas para melhoria são frutos de anos de pesquisas e adaptações para chegar na forma que é vista até o momento. Muller, Filho e Martins (2019) fundamentados em Guerra (2015) e Silva e Filho (2015), destacam as grandes mudanças advindas do SPED nas áreas relacionadas a contabilidade, consequência da expansão tecnológica, que exigiu a capacitação de pessoal e adequações para a correta gestão da entidade.

3 MÉTODOS

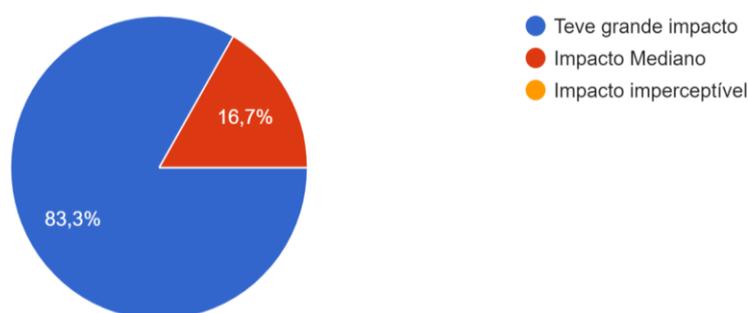
O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica de abordagem descritiva, tendo como referencial teórico artigos e sites relacionados ao tema, encontrados através de consultas eletrônicas como no Google acadêmico, anais, entre outros. Para aplicação prática foi fundamental a participação dos seis colaboradores que trabalham no departamento pessoal, sendo quatro de Bandeirantes e dois de Cornélio Procópio, prefeituras essas, escolhidas por conveniência dos autores. Como ferramenta de pesquisa empregou-se um questionário on-line, contendo 10 perguntas envolvendo perspectivas apropriadas ao profissional atuante dentro da empresa frente aos envios dos eventos ao eSocial, seus benefícios e complexidades.

1536

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram aplicadas questões pertinentes ao tema, buscando conhecer os impactos da implantação do e-Social no setor público, sob a perspectiva dos profissionais de ambas prefeituras. Conforme resultado coletado, é possível observar uma variação na faixa etária dos seis profissionais, sendo 33,30% dos questionados com idade entre 26 a 35 anos, 50% de 36 a 45 anos e 16,70% com 46 anos ou mais. Os demais dados serão apresentados a seguir.

Gráfico 1 - Extensão dos impactos que a implantação do e-Social causou na prefeitura.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 1** podemos observar que, conforme exposto por Souza et al. (2018), a implantação do e-Social trouxe consigo pontos de atenção devido a toda reestruturação das rotinas e afins. Partindo desta ideia, foi questionado quanto a proporção dos impactos nos órgãos públicos. De acordo com as respostas obtidas observou-se que, para a maioria dos responsáveis deste departamento, isto é 83,30%, houve um grande impacto, por outro lado, 16,70% indicam impactos medianos. Logo, compreende-se a necessidade de reformular as rotinas internas.

Gráfico 2 - Fases do e-Social, já em obrigatoriedade, com maior grau de complexidade nos envios de eventos e solução de erros do e-Social, de acordo com os questionados.

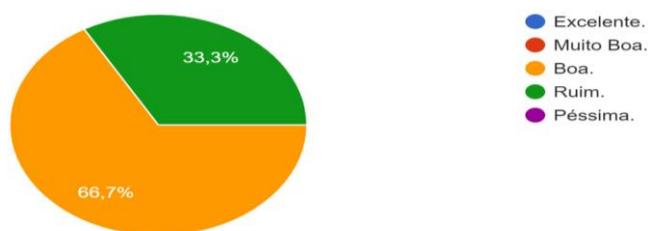


Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

1537

No **gráfico 2**, conforme o cronograma de implantação de 2022 disponibilizado pelo governo federal, os órgãos públicos se encontram na 3ª fase de envios. Identificou-se na pesquisa uma maior complexidade nos envios periódicos, pertinentes as entregas mensais da folha de pagamento e das contribuições devidas ao fisco. É possível observar também, que os profissionais contábeis tiveram dificuldade na 1ª fase, eventos iniciais e tabelas correspondentes aos dados do empregador, porém, menor que a citada anteriormente. Ao que se refere aos eventos não periódicos, estes sendo ligados aos envios de admissões, desligamentos entre outros, não foram apontadas dificuldades.

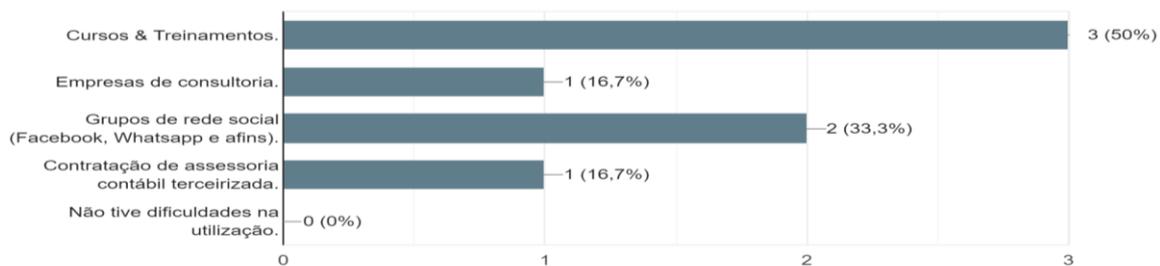
Gráfico 3 - Adaptação às obrigatoriedades do e-Social e suas alterações de leiaute no sistema integrado de gestão empresarial utilizado pela entidade onde trabalha.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 3**, conforme destacam Souza et al. (2018), é importante o investimento em software para uma maior facilidade frente às exigências. Ao que diz respeito aos utilizados pelas entidades para integrar seus dados e posteriormente efetuar o envio de informações, nota-se que a adaptação desses sistemas em relação às obrigatoriedades e mudanças de layout do e-Social, foi boa considerando a opinião da maioria, cerca de 66,7%. Todavia, houve 33,3% que julgaram a adaptação no sistema utilizado pela empresa, como ruim. Fator preocupante visto que é essencial que haja um bom desempenho do sistema para manter o fluxo de trabalho constante.

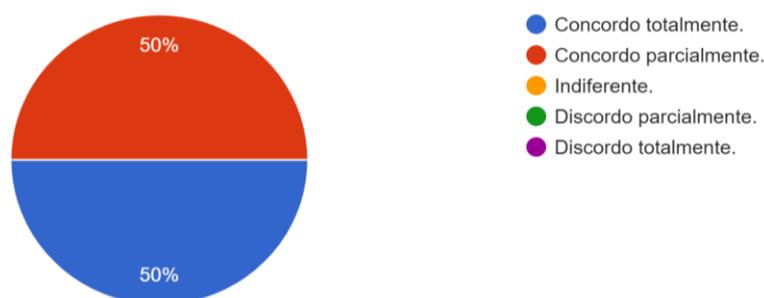
Gráfico 4 - Formas utilizadas pelos usuários sanar dúvidas, devido à falta de suporte adequado.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 4**, Souza et al. (2018) frisam a necessidade das entidades desenvolverem conhecimentos técnicos, devido às lacunas do e-Social. Desse modo, a procura por auxílio em fontes externas para manusear esse sistema se tornou mais presente. Dos questionados, 50% julgaram os cursos e treinamentos como a maior ajuda e 33,3% consideraram que foram as comunidades de rede social. Já a busca por auxílio através de empresas de consultoria ou mesmo a contratação de assessoria contábil terceirizada foram de 16,7%.

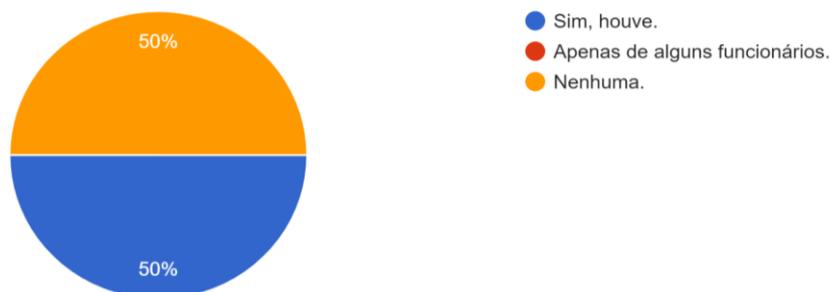
Gráfico 5 - Concordância da simplificação que se deu pela implantação do e-Social.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 5**, de acordo com o governo federal, o e-Social teve também o intuito de simplificar o tempo da área contábil. No que tange a sua simplificação do gerenciamento das informações, pôde ser observado que há uma concordância de que houve a eliminação de inúmeras entregas do mesmo conteúdo para órgãos distintos centralizando os dados.

Gráfico 6 - Resistência por parte dos trabalhadores em disponibilizar dados necessários para as entidades. Ex: dados pessoais, qualificações e etc.

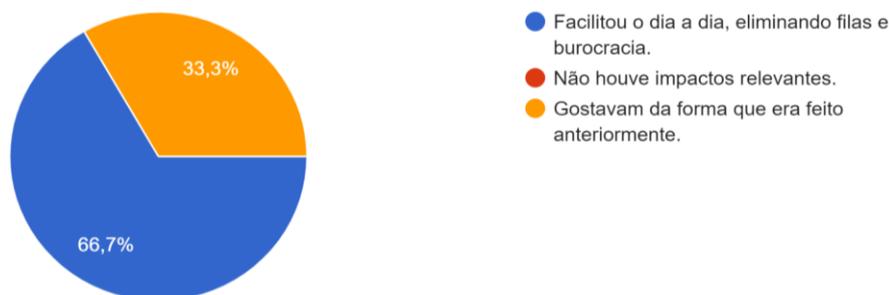


Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 6**, consoante com o governo federal, o e-Social disponibiliza uma centralização dos dados ao Governo, o que possibilita o acompanhamento das informações e a identificação de erros que por diversas vezes não se tinha uma real atenção. Com a implantação, estes dados tiveram que ser atualizados e se tratando da resistência dos trabalhadores em disponibilizarem seus documentos, foi constatado que houve apenas na prefeitura de Bandeirantes.

1539

Gráfico 7 - Opinião dos colaboradores quanto às mudanças advindas da implantação.

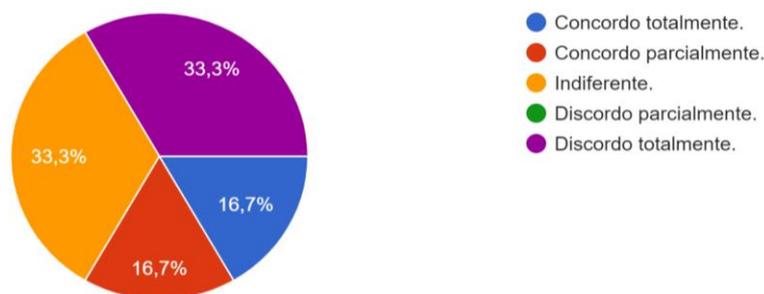


Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 7** Cavalcante (2013), defende a ideia de que com a inserção deste projeto os trabalhadores teriam uma maior abertura à consulta de seus dados profissionais. Ao que se refere a opinião dos colaboradores obtida pelos responsáveis dos departamentos, nota-se que em grande

parte de 66,70%, a preferência é pelas mudanças ocorridas, já a minoria de 33,30% gostava da forma que era feito anteriormente.

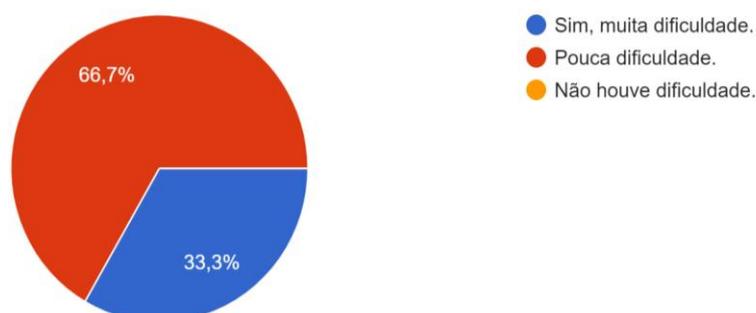
Gráfico 8 - Potencial para supressão de falhas devido ao cruzamento de informações.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 8**, o Governo Federal (2019) cita a possibilidade proporcionada pelo e-Social em eliminação de fraudes, sonegação e afins. Ao que compete a esse potencial do sistema que visa a unificação de dados e supressão de falhas, há uma divisão entre a opinião dos questionados, a maior parte acredita que ele não terá este potencial ou que será indiferente, já a minoria tem a premissa de que ele poderá sim suprir essas falhas ou pelo menos uma parte delas.

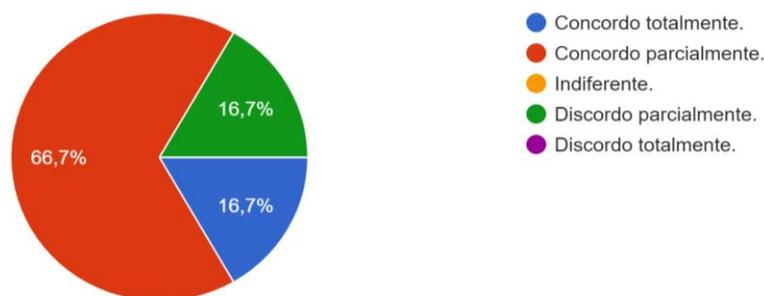
Gráfico 9 - Dificuldades na adaptabilidade do e-Social, envios dos eventos e correção de erros.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 9**, de acordo com Souza et al. (2018), um dos pontos negativos da implantação que pode ser destacado é a adaptação das rotinas internas, porém, ao questionar os profissionais dos departamentos de Bandeirantes e Cornélio Procópio, percebe-se que em maior número houve pouca dificuldade 66,70%, em contrapartida com os 33,30%, que teve muita dificuldade.

Gráfico 10 - Busca de novas formas de simplificação sob influência do e-Social aos responsáveis do departamento.



Fonte: SIQUEIRA; CAVALCANTI e DINIZ (2022).

No **gráfico 10**, Pacheco Filho e Kruger (2015), ressaltam os benefícios advindos da inserção do projeto, como a otimização de tempo e trabalho. Partindo desta ideia foi questionado quanto a uma vontade de facilitar o cotidiano ainda mais. Os resultados demonstram que em superioridade surgiu sim aos profissionais da área a busca por outras formas de simplificação, sendo que, 66,70% concordam parcialmente com essa ideia e 16,70% concordam totalmente, em contrapartida 16,70% discordam parcialmente.

1541

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o e-Social é um aprimoramento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) objetivando facilitar o controle das informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. O artigo apresentou então, a associação da contabilidade moderna com a implantação desse novo componente do SPED, relacionado à tecnologia da informação, às mudanças das rotinas, dos processos internos e interação com os colaboradores. No desenvolvimento deste estudo, buscou-se respostas por meio de questionários aplicados às pessoas que estão à frente dos departamentos de pessoal. Foi questionado, quais os impactos da implantação do e-social nas prefeituras de Bandeirantes e Cornélio Procópio? Através de análise da pesquisa, foi possível concluir que mesmo o e-Social alterando as rotinas, ambas prefeituras não apresentaram dificuldades expressivas em suas adaptações e soluções de erros. Entretanto, houve uma maior complexidade nos envios da 3ª fase (eventos periódicos), considerando que ela entrou em obrigatoriedade a pouco tempo. Logo, tem-se a premissa de que aliando a experiência de outros grupos já obrigados, juntamente com os softwares que possibilitaram o bom desempenho das outras fases, não haverá desafios tão expressivos. Os resultados das análises demonstram que houve, nas duas prefeituras, um impacto positivo no gerenciamento das

informações, simplificando-as e instigando os responsáveis da área a buscarem outras formas de simplificação. Todavia, vale ressaltar que a atual pesquisa poderá passar por mudanças, visto que a implantação ainda está em processo e recebendo constantes modificações. Por fim, o artigo tem como objetivo repassar aos demais profissionais, experiências e opiniões destes já pesquisados e intenciona contribuir sendo um suporte para futuras análises relacionadas ao tema.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Dênia Aparecida de; REZENDE, Isabela Maria Ferreira; MARTINS, Rogério Fernandes. **A implantação do Esocial no setor público: relevância e perspectivas**. RAGC, v.10, n.43, p.40-56, 2022.

ARAÚJO , Anelise de Oliveira; SILVA, Taís Santos da. **A visão e o conhecimento dos escritórios de contabilidade em relação à implementação do e-Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o sistema público de escrituração digital - Sped**. Brasília, jan. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.979, de 08 de abril de 2013. **Altera o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Brasília, abr. 2013.

BRASIL. Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. **Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências**. Brasília, dez. 2014.

BRASIL, Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-Livros, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, maio 1946.

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade**. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/conselho-federal-de-contabilidade>.

BRASIL. **Conheça o eSocial**. Gov.br. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>.

BRASIL. **Cronograma de Implantação**. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/acesso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao>.

_____. O conselho. CFC. Disponível em: <https://cfc.org.br/oconselho/>.

CAVALCANTE, Adrianni da Silva. **O eSocial e as mudanças nas relações trabalhistas no Brasil**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Faculdade Cearenses - FaC. Fortaleza, 2013.

FRANCO, Hilário. **A evolução dos princípios contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

MATOS, Ana Carolina et al. **Os impactos da implantação do sistema e-social na rotina dos escritórios de contabilidade: um estudo de caso na cidade de Barroso - MG.** SEGeT, Rio de Janeiro, n.15, 2018.

MORAIS, Raíssa Andreza de. CARVALHO, Maria de Lourdes Monteiro. **Os Impactos da implantação do e-Social na área contábil.** DSpace Doctum, 10. dez. 2018.

MULLER, Analice Cecília; FILHO, Antônio Roberto de Godoy; MARTINS, Zilton Bartolomeu. **Dificuldades para implantação do eSocial nas organizações contábeis.** Research, Society and Development, v.8, n.2, p. 01-24, 2019.

A Empresa. **SERPRO.** Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/menu/quem-somos>.

SILVA, Maria Claudia. **Mudanças nas rotinas do departamento pessoal após a implantação do eSocial: um estudo nos escritórios de contabilidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2019.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suelem Thainara Ferreira; SILVA, Clesiomar Rezende. **A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: desafios dos contadores no cenário atual.** Revista Saber Eletrônico On-line. Jussara, v.01, n.03, out/dez, 2017.

SOUZA, Josiane et al. **Um estudo dos impactos do eSocial e seus processos de mudanças.** Magsul de Administração e Contabilidade, ed.4, v.1, n. 4, p. 1-12, 2018.

ZANIN, Antonio et al. **Fatores dificultadores na fase pré-implantação do E- social na concepção de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina.** Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol.10, n.2, maio, p.189-209, 2017.